



**PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 7ª REGIÃO**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**Proad nº 5235/2021**

**1 - UNIDADES REQUISITANTES:** Divisão de Segurança e Transporte/Telefonia e Divisão Administrativa e Judiciária do Fórum Autran Nunes.

**2 - OBJETO:** Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva das centrais telefônicas de PABX e de todos os seus periféricos, além das redes internas do TRT Sede e do Fórum Autran Nunes (as duas centrais são da marca Alcatel e modelo 4300M), incluindo-se na parte de rede, além dos ramais dos dois PABX, as linhas diretas do TRT (1 linha) e do Fórum (1 linha), conforme especificação constante do Anexo I a este Termo, com fornecimento de peças, pelo prazo de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, prorrogável por iguais e sucessivos períodos em conformidade com a lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 8.666/93.

– Código CATSER: 21970 (manutenção central de chamada).

**2.1 JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO:**

Em virtude de o serviço ser especializado e da inviabilidade de o mesmo ser prestado por pessoal do quadro deste Regional, tendo em vista a inexistência de servidores qualificados e de equipamentos adequados.

Manter a eficiência do sistema, maximizando o rendimento e a vida útil, além de evitar a corrosão das partes metálicas e deposição e/ou incrustações das centrais telefônicas.

Na ocorrência de defeitos das duas centrais de PABX, nos seus periféricos e na parte de rede, possibilitar o imediato fornecimento de material para o pronto restabelecimento do funcionamento, em decorrência da impossibilidade de manter em estoque todos os insumos necessários;

A desaprovação desta solicitação impedirá a manutenção das centrais telefônicas e das redes internas do TRT Sede e do Fórum Autran Nunes, o que poderá desencadear panes nos supracitados sistemas inviabilizando o funcionamento dos ramais e aparelhos telefônicos, impossibilitando a comunicação via telefônica dos locais citados. Ressalte-se, ainda, que a indisponibilidade dos serviços de telefonia causados por panes nas centrais de PABX prejudicam até mesmo a segurança dos locais onde há essa indisponibilidade telefônica.

Os itens foram agrupados em lote único, tendo em vista a natureza dos serviços e a economia de escala, ou seja, o agrupamento, neste caso, poderá trazer economia em função de um maior envolvimento. Na pesquisa de mercado, observamos ainda que todos os itens foram cotados por todas as empresas.

### **3 - ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS**

**3.1 A manutenção preventiva** consiste em visita mensal obrigatória, de acordo com cronograma prévio da contratante, para limpeza, ajustes e medição dos parâmetros de funcionamento das centrais telefônicas, devendo ser executados os serviços de verificação e reparação geral na fiação, tomadas e blocos do distribuidor geral das redes internas (incluindo todos dos ramais e linhas diretas do TRT e Fórum Autran Nunes), atualização do *back-up* do sistema e de verificação dos aparelhos telefônicos, tomadas, baterias e quaisquer outros equipamentos que componham o sistema telefônico DDR das centrais, repondo peças quando necessário. Fazer periodicamente uma “varredura” (inspeção) em todos os quadros telefônicos de todos os prédios e andares do TRT e do Fórum, no sentido de detectar qualquer possível irregularidade em algum ramal ou linha direta.

**3.2 A manutenção corretiva** será efetuada sempre que necessário, mediante solicitação da contratante e consiste em:

**3.2.1** Reparar os sistemas de rede (incluindo ramais e linhas diretas) e DDR das centrais mantendo-os em condições de uso e perfeito funcionamento;

**3.2.2** Consertar os aparelhos telefônicos comuns quer sejam da marca Alcatel ou não, e KSs, com recolhimento e entrega nas dependências do contratante;

**3.2.3** Cadastrar novos prefixos, números telefônicos, códigos DDD e novas operadoras, cadastras números de discagem abreviada e quaisquer outras programações necessárias;

**3.2.4** Reprogramar ramais para tipos específicos de ligações, configuração de diferentes tipos de relatórios, atualização no software de tarifação dos ajustes de preços das ligações telefônicas e toda e qualquer modificação ou ajustes necessários nos softwares da central ou no software de resgate e tarifação das ligações;

**3.2.5** Reinstalar softwares no caso de pane nos computadores do TRT e Fórum e promover a atualização das versões dos *softwares* de resgate e tarifação das ligações das centrais contratadas, bem como na fototrava do sistema de tarifação;

**3.2.6** Executar o serviço de instalação de novos ramais ou mudança de local de ramal ou linha direta e instalação de extensões;

**3.2.7** Participação técnica em conjuntas com a operadora das centrais de PABX quando necessário e acompanhamento técnico quando da mudança de operadora das duas centrais de PABX, para acompanhar a instalação dos equipamentos E1 e da portabilidade;

**3.2.8** O prazo de atendimento das solicitações de serviço é de 1 (um) dia, sendo que em caso de urgência (pane geral na central de PABX ou risco iminente) o atendimento deverá ser

imediatamente (em até 2 horas a contar da solicitação), a qualquer dia e hora, inclusive finais de semana e feriados;

**3.2.9** O prazo de execução dos serviços, referente à manutenção corretiva, não deverá exceder 2 (dois) dias a contar da data de atendimento à solicitação dos serviços;

**3.2.10** Providenciar a instalação de novas baterias, adquiridas a parte pelo Tribunal, quando necessário ou acompanhamento da instalação das centrais em *nobreak* do Tribunal;

**3.2.11** Para atendimento aos chamados de manutenção corretiva, a contratada deverá manter em seu estabelecimento pronto atendimento telefônico ou através de *e-mail*. A cada solicitação de assistência técnica, a contratada deverá abrir uma Ordem de Serviço correspondente ao chamado da contratante, resguardada a possibilidade de outros serviços, quando da presença do técnico ao local;

**3.2.12** Os serviços de manutenção corretiva ocorrerão quantas vezes se fizerem necessárias desde que o(s) chamado(s) seja(m) efetivado(s) pela contratante, através dos fiscais do contrato, via telefone ou *e-mail*. Ressalte-se que a frequência com que acionamos a contratada para manutenções preventivas é bastante acentuada, tendo em vista o tempo de uso das centrais e das redes.

**3.2.13** Garantir a reposição de peças das duas centrais de PABX, todos os seus ramais e seus periféricos e da parte de rede (fiação, tomadas, blocos etc) inclusive em casos de problemas decorrentes de oscilações de energia;

**3.2.14** Fica resguardada a possibilidade de ampliação ou redução no número de ramais das duas centrais de PABX, sem que haja alteração no valor contratual.

**3.3 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE:** Os critérios exigidos constam nas Obrigações da Contratada.

**3.4 DO ENQUADRAMENTO COMO BENS OU SERVIÇOS COMUNS:** A contratação enquadra-se como serviços comuns, nos termos do artigo 1º, parágrafo único da Lei nº 10.520 de 2002, do Decreto nº 3.555 de 2000 e do Decreto nº 10.024 de 2019.

### **3.5 VISTORIA PARA A LICITAÇÃO**

**2.1.** Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 8h horas às 14h horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (85) 3388-9300 (central de PABX do TRT Sede) e (85)3308-5994 (central de PABX do Fórum Autran Nunes).

6.1.1 O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

6.1.2 Para a vistoria o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6.1.3 A não realização da vistoria, quando facultativa, não poderá embasar posteriores

alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo a licitante vencedora assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Em todos os casos a licitante deverá DECLARAR que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação:

“DECLARO sob as penas da lei que a empresa \_\_\_\_\_ inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal Sr(a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade \_\_\_\_\_ e do CPF \_\_\_\_\_, tomou conhecimento das condições dos locais onde serão prestados os serviços objeto do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_, estando plenamente consciente da infraestrutura que tem à disposição assumindo totalmente a responsabilidade pelo serviço.”

#### **4 - DADOS COMPLEMENTARES**

**4.1 DO PREÇO:** No preço ofertado deverão estar incluídas todas as despesas com peças, impostos, taxas, fretes, contribuições e outras que se fizerem necessárias à plena e completa execução do objeto.

**4.2 LOCAL, HORÁRIO e DIAS DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:** Os serviços serão executados nos prédios deste TRT (Prédio Sede, Anexos I e II), situado na Av. Santos Dumont, 3384 – Aldeota, Fortaleza (CE); e no Fórum Autran Nunes (Prédio Sede, Anexos I e II) situado na Av. Tristão Gonçalves, 912 – Centro, Fortaleza (CE), no horário compreendido entre 7h30 e 15h30min no TRT Sede e 7h30min às 17 h no Fórum Autran Nunes.

**4.3 PRAZO DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:** Os serviços serão recebidos:

a) Provisoriamente, pelo fiscal que acompanhou a execução do contrato, com base no que foi observado ao longo do acompanhamento e fiscalização, por ocasião do recebimento da fatura, acompanhada das Ordens de serviço do período.

b) Definitivamente, pelo gestor do contrato, no prazo de até 3 (três) dias úteis, com base na verificação do trabalho feito pelo fiscal e na verificação de todos os outros aspectos do contrato que não a execução do objeto propriamente dita, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, observado o disposto no art. 69 da Lei nº. 8.666/93.

**4.3.1** O recebimento definitivo do bem não exclui a responsabilidade da Contratada por vícios de qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas exigidas neste termo, verificados posteriormente.

**4.4 DA HABILITAÇÃO:** Para fins de habilitação ao certame, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

a) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e na Lei nº 9.854/99;

b) Habilitação jurídica;

c) Regularidade Fiscal e Trabalhista;

**4.4.1** O cumprimento do disposto no item “a” dar-se-á mediante declaração do interessado, conforme modelos anexos a este Termo de Referência.

**4.4.3** Os documentos relativos à Habilitação Jurídica são:

a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);

c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

d) Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

e) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**4.4.4** Os documentos relativos à **Regularidade Fiscal e Trabalhista** são:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no CNPJ ou Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

b) Comprovante de inscrição no Cadastro de contribuintes municipais, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade relativa à Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS) e municipal;

d) Prova de regularidade relativa Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa;

**4.4.5** Para comprovação da **qualificação técnica** o licitante deverá comprovar que já trabalhou com manutenção com reposição de peças de central de PABX da mesma marca e modelo (Alcatel 4300M). Tal exigência se faz necessária devido ao fato de que as centrais em questão possuem em torno de 20 (vinte) anos de uso e que algumas peças estão descontinuadas, ou seja, dessa forma a contratada deve comprovar que possui conhecimento, capacidade e material compatíveis para o fiel cumprimento dos objetos desse Termo.

**4.4.6** Para comprovação da **qualificação econômico-financeira** a empresa deverá apresentar Certidão Negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

## **5 - DO PAGAMENTO:**

**5.1** O pagamento será efetuado na conta bancária fornecida pela empresa, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento definitivo, condicionada ao recebimento da Nota Fiscal, ocasião em que este Tribunal verificará a regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União e INSS), com a Fazenda Municipal, com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bem como a regularidade trabalhista, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

**5.2** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

**5.3** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**5.4** Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**5.5** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**5.6** A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

**5.7** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM =  $I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365 \quad I = \frac{6/100}{365} \quad I = 0,00016438$$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%, capitalizada diariamente em regime de juros simples.

VP = Valor da parcela em atraso.

**5.8** No Caso de aplicação de multa o valor respectivo será deduzido da fatura.

## **6 - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**6.1** A Gestão e a Fiscalização da Contratação caberão aos representantes da Administração especialmente designados. Nos impedimentos e afastamentos legais deste, suas funções serão desempenhadas por seus respectivos substitutos.

**6.2** A Administração poderá alterar a designação dos gestores e fiscais, quando conveniente, sendo consignado formalmente nos autos e comunicado à Contratada, sem necessidade de elaboração de termo aditivo.

**6.3** Os Gestores e Fiscais designados exercerão, de forma segregada, as atribuições previstas na Resolução TRT7 nº. 8/2019, e tudo o mais que for necessário visando o adequado acompanhamento e fiscalização da execução contratual, devendo ainda providenciar as medidas necessárias às soluções de quaisquer contratempos que porventura venham a ocorrer.

**6.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência dos gestores e fiscais deverão ser solicitadas, em tempo oportuno, à Diretoria competente, para adoção das medidas que julgar convenientes.

**6.5** A gestão e a fiscalização de que trata este item não excluem nem reduzem a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/93.

**6.6** As informações e os esclarecimentos solicitados pela Contratada poderão ser prestados através dos telefones (85)3388-9300 e (85)3388-9368.

**6.7** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**7 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:** Para o fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhes são confiados, obriga-se a Contratada a:

**7.1** Antes do início da execução contratual, designar formalmente (mediante comunicação escrita) preposto responsável por representar a contratada durante esse período;

**7.2** Atender ao chamado do contratante para recebimento da Ordem de Serviço no prazo máximo de 01 (um) dia a contar da solicitação e em no máximo 2 horas a contar da solicitação em caso de pane geral ou risco iminente em qualquer dia e hora;

**7.3** Iniciar os serviços imediatamente após a assinatura do contrato;

**7.4** Realizar o serviço na forma, prazo e locais estabelecidos neste termo;

**7.5** Indicar *e-mail*, caso não disponha de filial em Fortaleza;

**7.6** Sem ônus para contratante, adquirir, instalar, ativar e programar o software *Sumus* Tarifador de coleta e tarifação de ligações na versão mais atualizada compatível para PABX do TRT Sede;

**7.7** Fornecer peças para reposição, de acordo com a necessidade, à exceção das seguintes: placa CPU/Extensora, placa PCM CRCA e retificador Proteco (enquadradas no item 7.7.1) e baterias e microcomputador (a cargo do Tribunal).

**7.7.1** Em caso de pane geral ou parcial nas centrais do TRT ou do Fórum, decorrentes de defeito na placa CPU/Extensora, placa PCM CRCA ou retificador Proteco, fica a firma mantenedora obrigada a trocar, provisoriamente, em até 24 horas a contar do recebimento da ordem de serviço, por outra peça equivalente, em perfeito estado de uso, enquanto é providenciada a aquisição de outra peça pela Administração.

**7.7.2** Mesmo que tais peças não sejam adquiridas da CONTRATADA, esta providenciará a substituição sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

**7.7.3** Não haverá limite de quantidade de peças a serem repostas mensalmente e a reposição será garantida mesmo em casos de problemas decorrentes de oscilação de energia.

**7.7.4** Algumas peças das centrais de PABX objeto desse Termo encontram-se descontinuadas. Todavia, a contratada deve ter conhecimento do fato e não pode alegar tal fato por não ter alguma peça para reposição. A reposição de quaisquer peças deve ser imediata, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis após a constatação da necessidade de reposição, a fim de que as centrais ou algum de seus ramais não fiquem sem funcionamento por longo período;

**7.8** Fornecer aos seus empregados todas as ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como, os recursos necessários à higienização e realização dos serviços, tais como, estopas, detergentes, graxas, etc. Obedecer às normas técnicas, de saúde, de higiene e segurança do trabalho, de acordo com as normas do MTE;

**7.9** Elaborar e implementar Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) de acordo com as Normas Reguladoras do MTE;

**7.10** Elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores de acordo com as Normas Regulamentadoras do MTE;

**7.11** Assegurar durante a vigência do contrato, capacitação a todos os trabalhadores em saúde e segurança do trabalho, dentro da jornada de trabalho, com carga horária mínima de 2 (duas) horas mensais, conforme Resolução CSJT nº 98 de 20 de abril de 2012;

**7.12** Assegurar, durante a vigência do contrato, a capacitação dos trabalhadores quanto às práticas definidas na política de responsabilidade socioambiental do órgão;

**7.13** Respeitar o sistema de segurança do contratante e fornecer todas as informações



solicitadas por este;

**7.14** Reparar ou corrigir – em até 24 horas a contar do recebimento da ordem de serviço - às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções resultantes das execuções ou de materiais empregados;

**7.15** Cientificar, imediatamente e por escrito a execução dos serviços, para que seja efetivado o recebimento provisório;

**7.16** Responder, integralmente, por perdas e danos que vier ao TRT da 7ª Região ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa de seus empregados ou prepostos, independente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

**7.17** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;

**7.18** Dar ciência ao Contratante, imediatamente e por escrito de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

**7.19** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação;

**7.20** Não executar, sem devida autorização, por escrito, pelo fiscal do contrato, os serviços decorrentes de fatores não previstos ou somente evidenciados durante o transcorrer dos mesmos;

**7.21** Responsabilizar-se pela guarda do material utilizado na execução dos serviços, não recaindo sobre o Contratante qualquer responsabilidade por perdas, danos, extravios etc.

**7.22** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.

**7.23** O contratado obriga-se a aceitar os acréscimos ou supressões que julgados necessários pelo Contratante nos limites estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

**7.24** Fornecer identidade funcional aos seus empregados para que seja usada e portada nas dependências do órgão e fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para execução de serviços e fiscalizar o uso, em especial pelo que consta na Norma Reguladora nº 6 do MTE;

**7.25** Priorizar o emprego de mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas de origem local para execução dos serviços.

## **8 - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**8.1** Fiscalizar a execução do contrato, através da Divisão de Segurança e Transporte (Central de PABX instalada no TRT Sede) e da Divisão Administrativa e Judiciária do Fórum Autran Nunes (Central de PABX instalada no Fórum Autran Nunes).

**8.2** Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais.

**8.3** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela Contratada.

**8.4.** Certificar-se de que os preços contratados estão compatíveis com aqueles praticados no mercado pelas demais mantenedoras

**8.5** Documentar as ocorrências havidas.

**8.6** Receber provisoriamente o serviço.

**8.7** Tornar disponíveis as instalações necessárias à prestação dos serviços, permitindo o acesso dos empregados da Contratada às suas dependências para execução dos serviços referentes ao objeto.

**8.8** Efetuar o pagamento no prazo previsto.

**8.9** Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF, Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça e Lista de inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

## **9 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

**9.1** O atraso injustificado no atendimento à convocação para recebimento da Ordem de Serviço sujeitará o Contratado à multa de mora, no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor mensal da contratação;

**9.2** O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa de mora, no percentual de 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitada à 10% (dez por cento).

**9.3** O atraso injustificado em caso de urgência citado no item 3.2.8 sujeitará a Contratada à multa de mora, no percentual de 0,1% (um décimo por cento) por hora, calculada sobre o valor mensal do contrato, limitada à 10% (dez por cento).

**9.4** Se o atraso de que trata os Itens 9.1, 9.2 e 9.3 ultrapassar o prazo de 3 (três) dias úteis, a Administração poderá entender pela Inexecução Parcial ou Total do Contrato, conforme o caso.

**9.5** Além das penalidades acima previstas, a Contratada poderá incorrer nas seguintes sanções:

**a)** Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretarem prejuízos significativos para a Contratante;

**b)** Multa Compensatória, no percentual de 10 % (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela inadimplida, na hipótese de Inexecução Parcial do Contrato;

**c)** Multa Compensatória, no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do Contrato, nas hipóteses de Inexecução Total;

**d)** Multa, no percentual de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor do Contrato, para os

demaís casos de Descumprimento Contratual e multa no percentual de 0,3% (três décimos por cento) calculada sobre o valor total do contrato, nas hipóteses de não cumprimento das obrigações estabelecidas no item 7 desse Termo de Referência.

**e)** Suspensão de Licitar e Impedimento de Contratar com o Órgão, Entidade ou Unidade Administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**f)** Impedimento de Licitar e Contratar com Órgãos e Entidades da União com o consequente Descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

**g)** Declaração de Inidoneidade para Licitar ou Contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

**9.6** As sanções previstas no Subitem 9.5, alíneas “a”, “e”, “f” e “g” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

**9.7** As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

**9.8** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

**9.9** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**9.10** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº. 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**9.11** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**9.12** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

**9.13** A aplicação de sanções previstas neste instrumento, realizar-se-á em processo administrativo e assegurará contraditório e a ampla defesa à Contratada, cuja intimação dar-se-á na forma da lei, inclusive através de fax ou e-mail.

**9.14** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**10. PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:** O início da execução do serviço se dará a partir da assinatura do contrato.

**11 DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**12 DA VIGÊNCIA:** O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme art.57, inc. II, da Lei nº 8.666/93.

**13 DO REAJUSTE:**

**13.1** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

**13.2** Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**13.3** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste, quando for o caso.

**13.4** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**13.5** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo, quando for o caso.

**13.6** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**13.7** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**14 – VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO:** Conforme tabela anexa a este Termo.

**14.1** Os preços estimados, tanto unitário quanto global, correspondem aos máximos que este Tribunal se dispõe a pagar, de forma que as propostas com valores superiores serão desclassificadas.

**15 – REGIME DE EXECUÇÃO:** Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por preço global.

**16 -IMPACTO ORÇAMENTÁRIO NOS DOIS EXERCÍCIOS FINANCEIROS SUBSEQÜENTES:**

Haverá impacto no exercício financeiro de 2023, referente ao contratado em 2022. O impacto orçamentário referente ao restante do exercício de 2023 e todo o exercício de 2024 dependerá de eventual prorrogação contratual.

**17. DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - Lei nº 13.709/2018 - LGPD**

**17.1** Em observação às determinações constantes da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD), o CONTRATANTE e a CONTRATADA se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a)** O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular;
- b)** O tratamento seja limitado às atividades necessárias ao atingimento das finalidades de execução do objeto do contrato, utilizando-os, quando seja o caso, em cumprimento de obrigação legal ou regulatória, no exercício regular de direito, por determinação judicial ou por requisição da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- c)** Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais indispensáveis à própria prestação do serviço/aquisição de bens, esta será realizada mediante prévia aprovação da CONTRATANTE, responsabilizando-se a CONTRATADA por obter o consentimento dos titulares (salvo nos casos em que opere outra hipótese legal de tratamento). Os dados assim coletados só poderão ser utilizados na execução do objeto especificado neste contrato, e, em hipótese alguma, poderão ser compartilhados ou utilizados para outros fins;
- d)** Eventualmente, as partes podem ajustar que a CONTRATADA será responsável por obter o consentimento dos titulares, observadas as demais condicionantes do item C acima;
- e)** Os dados obtidos em razão desse contrato serão armazenados em um banco de dados seguro, com garantia de registro das transações realizadas na aplicação de acesso (log) e adequado controle de acesso baseado em função (*role based access control*) e com transparente

identificação do perfil dos credenciados, tudo estabelecido como forma de garantir inclusive a rastreabilidade de cada transação e a franca apuração, a qualquer momento, de desvios e falhas, vedado o compartilhamento desses dados com terceiros;

**f)** Encerrada a vigência do contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sejam eles sensíveis ou não, a CONTRATADA interromperá o tratamento dos Dados Pessoais disponibilizados pela CONTRATANTE e, em no máximo (30) dias, sob instruções e na medida do determinado pela CONTRATANTE, eliminará completamente os Dados Pessoais e todas as cópias porventura existentes (seja em formato digital ou físico), salvo quando a CONTRATADA tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese da LGPD.

**17.2** A CONTRATADA dará conhecimento formal aos seus empregados das obrigações e condições acordadas nesta cláusula, inclusive no tocante à Política de Privacidade da CONTRATANTE, cujos princípios deverão ser aplicados à coleta e tratamento dos dados pessoais de que trata a presente cláusula.

**17.3** O eventual acesso, pela CONTRATADA, às bases de dados que contenham ou possam conter dados pessoais implicará para a CONTRATADA e para seus prepostos - devida e formalmente instruídos nesse sentido - o mais absoluto dever de sigilo, no curso do presente contrato.

**17.4** A CONTRATADA cooperará com a CONTRATANTE no cumprimento das obrigações referentes ao exercício dos direitos dos Titulares previstos na LGPD e nas Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor e também no atendimento de requisições e determinações do Poder Judiciário, Ministério Público, Órgãos de controle administrativo;

**17.5** A CONTRATADA deverá informar imediatamente à CONTRATANTE quando receber uma solicitação de um Titular de Dados, a respeito dos seus Dados Pessoais e abster-se de responder qualquer solicitação em relação aos Dados Pessoais do solicitante, exceto nas instruções documentadas da CONTRATANTE ou conforme exigido pela LGPD e Leis e Regulamentos de Proteção de Dados em vigor.

**17.6** O “Encarregado” ou “DPO” da CONTRATADA manterá contato formal com o Encarregado da CONTRATANTE, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas da ocorrência de qualquer incidente que implique violação ou risco de violação de dados pessoais, para que este possa adotar as providências devidas, na hipótese de questionamento das autoridades competentes.

**17.7** A critério do Encarregado de Dados da CONTRATANTE, a CONTRATADA poderá ser provocada a colaborar na elaboração do relatório de impacto (DPIA), conforme a sensibilidade e o risco inerente do objeto deste contrato, no tocante a dados pessoais.

Eventuais responsabilidades das partes, serão apuradas conforme estabelecido neste contrato e também de acordo com o que dispõe a Seção III do Capítulo VI, bem como Capítulo VII e Seção I do capítulo VIII da LGPD.

**18. SÃO ANEXOS A ESSE TERMO DE REFERÊNCIA:**

ANEXO I – Especificações das centrais de PABX do TRT Sede e do Fórum Autran Nunes;

ANEXO II – Tabela com o valor estimado do objeto desse Termo.

Fortaleza, 14 de outubro de 2021

**ANTONIO FERNANDO BRAGA COSTA**

Divisão de Segurança e Transporte/Telefonia

**KLAYTON COELHO DE SOUZA**

Diretor da Divisão de Segurança e Transporte

**NAPOLEÃO PEREIRA DE SOUZA JÚNIOR**

Divisão Administrativa e Judiciária do Fórum Autran Nunes